

GT25: Atos de Estado, conflitos e resistências quilombolas em tempos extremos

Raquel Mombelli, Osvaldo Martins de Oliveira

O comitê quilombos da aba propõe reunir pesquisas realizadas em diversas regiões do país que reflitam sobre "atos de estado" e a intensificação de conflitos territoriais, acirrados pelo avanço dos chamados megaempreendimentos (mineração, agronegócio, imobiliário, infraestrutura, entre outros) nos territórios quilombolas ocorridos sobretudo durante o contexto de pandemia da covid-19. busca-se analisar os retrocessos e as ameaças eminentes em face aos processos de flexibilização da legislação ambiental, desmonte das instituições e paralisação dos processos de regularização fundiária das terras quilombolas pelo estado brasileiro, bem como avaliar os impactos causados pelas ações promovidas por agentes antagonistas aos direitos quilombolas e à desconstrução dos direitos. as formas de resistência, mobilização e organização política em torno da defesa dos territórios, os registros das memórias dos guardiões e das formas de transmissão dos saberes e da cultura quilombola, diante do descaso e abandono dos poderes públicos, serão também temas de interesse neste espaço.

Bem longe da gente: resistências a uma linha de transmissão de energia por comunidades quilombolas no Portal do Sertão-Bahia

Autoria: Emmanuel Oguri Freitas, Flávia Almeida Pita, Luciéte Duarte Araujo

Na proposta de artigo submetida, apresentamos os resultados de pesquisa e extensão relacionados a conflitos envolvendo comunidades quilombolas situadas no entorno da cidade de Feira de Santana e de Antônio Cardoso na Bahia com um empreendimento de instalação de linha de transmissão de alta tensão com impactos diretos e indiretos sobre os territórios quilombolas. Os dados foram coletados durante ação extensionista popular em que se produziram reflexões com base em pesquisa-ação. O conflito tem início no ano de 2019, quando uma liderança quilombola da comunidade de Subaé, que era estudante do curso de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana, denuncia um processo de licenciamento ambiental que corria silenciosamente na autarquia responsável (IBAMA) sem a devida consulta à sua comunidade, que se encontra no trajeto da linha de transmissão denominada LT 500 KV Porto Sergipe-Olindina-Sapeaçu. A partir da denúncia pública, foi articulada uma rede de solidariedade e ação por instituições de educação públicas localizadas na cidade de Feira de Santana (UEFS, UFRB e IFBA constituíram um grupo de trabalho denominado GT Conflitos Socioambientais) e as comunidades atingidas pelo empreendimento. Foram realizadas diversas reuniões e visitas de acompanhamento, bem como a assessoria das comunidades em momentos de contato com as empresas envolvidas no conflito: São Francisco Transmissão de Energia S.A. e Sterlite Brazil Participações S.A., que são a mesma empresa e respondem pela obra e; a Dossel Ambiental, contratada para realizar o licenciamento ambiental do empreendimento. As comunidades quilombolas identificadas e que passaram a ser assessoradas pelo GT Conflitos socioambientais foram as de Lagoa Grande, Subaé, Cavaco, Santo Antônio, Paus Altos e demais localidades do entorno rural de Feira de Santana. Destacamos que a zona rural de Feira de Santana, que também é impactada pelo empreendimento, mas que não goza de garantias específicas que são exclusivas das populações tradicionais e povos originários em razão de compromissos internacionais como a Convenção nº169 da OIT, também foi assessorada pelo referido GT. A organização da rede acadêmica de apoio e a própria auto-organização das comunidades no enfrentamento das ilegalidades cometidas no processo de licenciamento da linha de transmissão têm produzido estratégias de resistências importantes que resultaram na proibição judicial, via decisão liminar em Ação Civil Pública, do início das obras no território das comunidades quilombolas Santo Antônio e Subaé.

Além disso, a visibilidade produzida pela ação coletiva tem possibilitado o processo de consulta das comunidades tradicionais e o debate local sobre desenvolvimento e os usos do território diante do cenário de devastação imposto na atual conjuntura.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

